

Vulnerabilidade financeira do consumidor: um estudo com mulheres chefes de famílias monoparentais beneficiadas por políticas públicas femininas

GEORGIANA LUNA

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

BRUNO MEDEIROS ÁSSIMOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

Vulnerabilidade financeira do consumidor: um estudo com mulheres chefes de famílias monoparentais beneficiadas por políticas públicas femininas

1.Introdução

Embora não exista um consenso acerca de um conceito de vulnerabilidade do consumidor que seja objetivo e definitivo, é certo que a ideia de vulnerabilidade remete a uma situação de desvantagem e desfavorecimento ou ainda para descrever as adversidades e desigualdades enfrentadas por consumidores que podem colocá-los em risco (HILL; SHARMA, 2020). A vulnerabilidade do consumidor é um estado de impotência que surge de um desequilíbrio nas transações realizadas no mercado e nas relações de consumo mediadas pelo marketing (BAKER et al. (2005). E não diz respeito apenas a uma condição financeira limitada ou a inabilidade de lidar com situações de consumo específicas, trata-se de um fenômeno social multifatorial, que agrega circunstâncias individuais e coletivas que evidenciam a disparidade dessas trocas, manifestando a vulnerabilidade do consumidor (OVERTON; O'MAHONY, 2018).

A vulnerabilidade comumente está relacionada a condições estruturantes de cunho sociocultural e demográficas, tais como questões de gênero, idade, classe social, raça, escolaridade, religião, situação familiar, entre outros. Parece certo que consumidores com baixo nível de escolaridade, por exemplo, quando expostos a situações que demandam de suas habilidades cognitivas, estão vulneráveis por não possuírem a habilidade de saber ler e interpretar informações nos rótulos de produtos, sugerindo compras e usos equivocados, ou ainda a aquisição precipitada e inconsequente de produtos financeiros, colocando-os em situações arriscadas (ADKINS; OZANNE, 2005; VISWANATHAN, HASTAK, GAU, 2009).

Essa situação, quando associada a outros fatores socioculturais condicionantes, como a pobreza, questões de gênero e estrutura familiar, como no caso do contexto definido para esse estudo, famílias monoparentais chefiadas por mulheres, podem levar a resultados devastadores, pois constantemente consumidores se deparam com decisões erradas por ignorância (KOPP, 2012), o que levanta preocupações em relação à segurança e ao bem-estar do consumidor vulnerável. Além disso, a combinação desses fatores elege essas mulheres como público alvo de políticas públicas femininas, na condição de famílias assistidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), vinculado aos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no subgrupo “mulheres chefes de família”, condição que determina a situação de vulnerabilidade e risco social desse grupo.

A presença feminina em setores e espaços de predominância masculina tem modificado a estrutura familiar tradicional, com um aumento progressivo da participação das mulheres na condição de chefes de família. Essa mudança é decorrente não apenas da expansão da sua presença no mercado de trabalho, mas da conjunção de outros fatores socioculturais, tais como falências matrimoniais, transformações culturais, movimentos sociais como o feminismo e prolongamento da expectativa de vida (PINHEIRO; FONTOURA, 2007). No Brasil, foi somente a partir da década de 1970 que as mulheres foram consideradas nas pesquisas sociais nesta posição, e a partir de então, a presença de famílias monoparentais chefiadas por mulheres vem aumentando de acordo com dados do último Censo (2010) realizado no país. Da mesma maneira que cresceu também a queda na qualidade da saúde e bem-estar financeiro dessas famílias, com a presença de endividamento e inadimplência, com desdobramentos tanto do ponto de vista macroeconômico, no que diz respeito às operações financeiras, como do ponto de vista do indivíduo, com interferências em suas relações sociais, emocionais e familiar (TRINDADE, 2012).

A dificuldade em conseguir conciliar a limitação financeira gerada por uma única fonte de renda para prover o orçamento familiar, agravada pela ausência no lar por conta do excesso de jornada de trabalho, geram nessas mulheres sentimentos negativos, como a culpa, o estresse crônico, a ansiedade, além da exposição a fatores de risco, como a exclusão e a desigualdade social (SANTOS, 2011). Segundo Barroso e Bruschini (1981), a dupla jornada de trabalho e seus reflexos encontram suas raízes nas condições geradas pela própria sociedade, que por conta de tais fatores culpabilizam a vítima, evidenciando a situação de vulnerabilidade financeira dessas mulheres, em função da condição sociocultural e muitas vezes da falta de conhecimento e habilidades para a condução do orçamento familiar.

Essa condição compromete a percepção do risco de endividamento, que não advém somente do contexto econômico (KEESE, 2012), trazendo consequências de origem social, como a negatização do nome em caso de inadimplência e perda de crédito, e consequências de origem emocional e psíquica, como insônia, depressão, crises de ansiedade, transtornos alimentares, podendo nos casos extremos levar ao suicídio (ARTIFON; PIVA, 2013). A falta de informação, controle, organização e saúde financeira são questões que influenciam significativamente nos problemas financeiros, e determinam a vulnerabilidade financeira do consumidor, demandando o acesso à educação financeira para mudança de comportamento e atitude, a fim de amenizar os impactos do endividamento e melhorar a qualidade de vida financeira familiar (VIEIRA, *et. al.*, 2011).

Ao observarmos o atual momento no país, com desafios socioeconômicos potencializados pela crise sanitária por causada pela pandemia do Covid-19, é importante conduzir pesquisas que contemplem essa temática, principalmente no contexto da família monoparental feminina. Dessa forma, defendemos as políticas públicas femininas que favoreçam o repasse de recursos, mas, sobretudo que promovam esses indivíduos a uma situação de emancipação, autonomia e conquista de uma atitude para o consumo mais consciente, e que possam auxiliar no desenvolvimento de habilidades que contribuam para um melhor enfrentamento dessa conjuntura.

Entendemos que as restrições financeiras significam limitações econômicas e de recursos, o que favorece as incertezas e destacam as diferentes formas de reagir, enfrentar e se adaptar a essa realidade. Apesar dos efeitos negativos óbvios causados pelas restrições financeiras, isso não elimina a resiliência do consumidor, pois os consumidores muitas vezes conseguem criar estratégias adaptativas para lidarem com essas restrições. Neste sentido, há uma série de consequências que podem surgir à medida que os consumidores tentam lidar com essas situações e reagem de maneiras que dependem de suas percepções, tanto em contextos particulares, quanto em perspectivas de longo prazo, na tentativa de melhorar sua situação, seja na busca de mais recursos, seja nas tentativas de controlar a situação (HAMILTON, *et al*, 2018).

Dessa forma, esse estudo se orienta pelo seguinte questionamento: Como mulheres chefes de famílias monoparentais assistidas por políticas públicas femininas enfrentam restrições financeiras na condução solo de suas famílias? Conscientes da importância deste tema, este estudo tem como objetivo **analisar como mulheres chefes de famílias monoparentais beneficiadas por políticas públicas femininas enfrentam restrições financeiras na condução solo de suas famílias**. Sendo um tema de forte relevância social e acadêmica, com estudos incipientes no contexto do objeto de estudo escolhido, este trabalho está comprometido em oferecer contribuições a academia, as organizações e a sociedade, por meio de um debate que merece espaço no contexto dos estudos e pesquisas desenvolvidas na área de finanças comportamentais, políticas públicas, marketing e sociedade, TCR, entre outras.

Dessa forma, este artigo está estruturado com as seguintes partes: esta Introdução, seguida de uma discussão teórica da saúde e bem-estar financeiro e a condição de monoparentalidade feminina, em seguida apresenta o percurso metodológico adotado na pesquisa, a análise dos dados e as considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1 Educação financeira

A vulnerabilidade financeira tem como característica a inabilidade do consumidor diante dos apelos de consumo, assim como de capacidade de interpretação de informações perante a aquisição de produtos financeiros, mas não somente isso, diz respeito também a habilidade de gestão do dinheiro e tomada de decisões acertadas e coerentes em seu benefício, evitando endividamentos e inadimplência. A questão do endividamento é um tema de grande relevância e elevada recorrência, pois gradativamente se insere no cotidiano de boa parte da população. O acesso facilitado ao crédito através das políticas e incentivos do governo, bem como a falta de controle e organização financeira pessoais e familiares, são questões que contribuem para o aumento do endividamento, com riscos reais de inadimplência, logo, medidas que impulsionem e valorizem a Educação Financeira e a emancipação do consumidor são extremamente necessárias para amenizar os impactos do endividamento e melhorar a qualidade de vida financeira pessoal e familiar (ALVES 2013; ANDERLONI et.al, 2012; VIEIRA, et.al, 2011).

A educação financeira se caracteriza por um processo que visa aprimorar a compreensão de conceitos relacionados a riscos financeiros, por meio de informação, instrução e aconselhamento, desenvolvendo assim habilidades para que as escolhas realizadas sejam conscientes e adequadas proporcionando um bem-estar financeiro (OECD, 2005). Diante de tal conceito, pode se considerar que a educação financeira, também abordada por alguns autores como “alfabetização financeira”, é um importante instrumento de auxílio na implementação de um planejamento financeiro pessoal ou familiar, principalmente no caso de famílias em situação de maior vulnerabilidade, cujo intuito é influenciar o comportamento financeiro dos indivíduos, com vista à melhoria econômica e social destas famílias. Nesse contexto, ainda se observa a necessidade do conhecimento financeiro para tomada de decisão em todas etapas da vida de um indivíduo, desde questões financeiras cotidianas até as mais complexas, ou seja, o indivíduo deve possuir autonomia para gerir corretamente seus recursos (DUARTE, 2012).

Oferecer essa oportunidade aos indivíduos, proporciona benefícios em larga escala a todos os envolvidos no processo, e inclusive à economia do país. Ao acessar conhecimento crítico acerca de sua realidade, permite perceber as escolhas realizadas e a definição de novas prioridades (GARCIA et. al., 2013). Segundo Barros e Lima (2012), o investimento em programas sociais parte do pressuposto de que os mesmos só terão um impacto positivo sobre um conjunto de interesses coletivos ou individuais, se conseguirem gerar benefícios para toda a sociedade. É esse aspecto *cívico* da alfabetização financeira,

Visto como um componente importante do capital humano, é enfatizado pelos formuladores de políticas em economias emergentes, como as da América Latina, a ideia de que consumidores mais instruídos e informados tomarão melhores decisões financeiras ao longo de sua vida, que, como um todo, favorecerá a estabilidade e o desenvolvimento do sistema financeiro. (GARCIA, et al., 2013, p. 20).

Outros fatores podem influenciar a educação financeira, como os ligados a questões demográficas, econômicas e socioculturais, mas o comportamento do indivíduo ainda é o que possui maior relevância (POTRICK, VIEIRA e KIRCH, 2016). Segundo aponta o Caderno de Educação Financeira (2013) elaborado pelo BACEN (Banco Central do Brasil) as origens do endividamento também são multifatoriais e amplamente ligadas ao nível de alfabetização financeira de uma população. É preciso estar atento aos apelos oferecidos pelo mercado, principalmente em relação ao consumo de produtos financeiros, visto que o alto nível de endividamento pode comprometer a saúde

financeira e a qualidade de vida e, conseqüentemente o desequilíbrio familiar. O comprometimento do futuro acerca das escolhas realizadas pode ser observado por diversos aspectos, psicológicos, físicos e por valores sociais que estão baseados em sentimentos e emoções que impactam na decisão de consumo (FIORI, 2017).

De acordo com Brauntein e Welch (2002), consumidores se tornam mais vulneráveis por não saberem gerir o dinheiro adequadamente. Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) estima-se que (38,8%) dos brasileiros adultos estavam negativados em fevereiro, ou seja, o equivalente a 60,8 milhões de pessoas o equivalente a 4 em cada 10 brasileiros (SPC, CNDL, 2020). O endividamento nesta proporção traz conseqüências negativas para a economia, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. Observando as condições históricas de graves desigualdades sociais e má distribuição de renda no país, acompanhada de recorrentes problemas econômicos, desemprego, instabilidade financeira, recessão, a inserção do tema nas discussões públicas e no meio acadêmico, demanda certa urgência. Dessa forma, a promoção da educação financeira possui elementos que auxiliam a desenvolver competências de gestão na organização e condução financeira pessoal e familiar, contribuindo para um enfrentamento efetivo dessa conjuntura, pois o descontrole no planejamento financeiro influencia diretamente à saúde e o bem-estar financeiro do indivíduo, do coletivo e do país (WISNIEWSKI, 2011).

2.2. Famílias monoparentais femininas

“As mulheres conquistaram espaço no mundo do trabalho, mas ainda carregam as responsabilidades históricas dos cuidados e dos afazeres domésticos numa tensão e cobrança muito maior do que quando essas atividades se colocam aos homens” (DOS SANTOS, 2018, p.6). Comparando às famílias brasileiras e seu contexto histórico, pode-se observar que à figura paterna sempre coube a maior responsabilidade no papel de provedor, suprindo a alimentação e liderança da família, já a mãe cabia as funções domésticas de cuidar dos filhos e das tarefas da casa, sendo estas as premissas da realização feminina e o padrão esperado da sociedade (BASSANEZI, 2001). Várias mudanças aconteceram com o passar dos anos, entre elas uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Segundo estudos, a chefia familiar feminina pode ser explicada quando não há presença da figura paterna em casa. São circunstâncias nas quais encontramos mulheres que moram com seus filhos e são consideradas em relação ao estado civil: mães solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas. (ALVARES, 2003).

A definição de família monoparental feminina se dá pela presença de um indivíduo que reside com seus filhos, sem a presença de um companheiro, assumindo a responsabilidade de cuidar da família sozinho (MINAMIGUCHI, 2017). Ainda de acordo com Minamiguchi (2017), entende-se que é possível uma análise destas configurações familiares com base no padrão etário e na probabilidade de eventos para encontrar alternativas e suas características. Dados coletados pelo Censo do IBGE (2010) abordam as alterações e as novas formações familiares presentes na sociedade brasileira, com uma evidente redução do formato familiar que anteriormente era constituído por famílias heteronormativas com filhos, que representavam cerca de dois terços dos lares brasileiros na década de 1980, e apresentou uma redução de 50%. “Ou seja, o tipo de arranjo familiar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos familiares” (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p.26). Neste formato familiar, onde a mulher é a única responsável pela sua família, a estrutura e o funcionamento familiar é baseado na não-biparentalidade e traçado por questões de gênero.

Atualmente os índices de qualidade de vida aumentaram, seguidos de “uma nova expectativa de vida e da queda na taxa de fecundidade, promovidas pelas intensas mudanças sociais tais como a entrada quase massiva da mulher no mercado de trabalho, divórcios, alterando suas prioridades, trazendo como desdobramento o aumento de famílias monoparentais femininas”. (BHERING, FONTES, 2015, p.3). O maior índice de famílias monoparentais femininas reside nas classes baixas, onde, de acordo com Bering e Fontes (2015), a diferença de renda média dos domicílios chefiados por mulheres é em média de R\$ 1.479,44. Já os domicílios monoparentais masculinos têm a renda média de R\$2.070,44. Essa diferença aponta a desigualdade de gênero em relação ao rendimento, que se dá muitas vezes pela falta de qualificação tanto profissional como educacional. “As mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, “A pobreza tem o rosto de uma mulher – de 1.3 bilhão de pessoas na pobreza, 70% são mulheres” (NOVELLINO, 2004, p.4).

2.3 Políticas públicas femininas

Uma política pública “é um conjunto de ações coordenadas pelos entes estatais, em grande parte destinadas a alterar as relações sociais existentes, é composta de ações estatais e decisões administrativas competentes”. E são formuladas com o objetivo de favorecer condições ideais para a promoção de uma “sociedade mais democrática, mais consciente, com instrumentos de maior participação” (DERANI, 2004, p.22). De um modo geral as políticas públicas são idealizadas para atenderem a demandas sociais específicas e de interesse público, coletivo e comunitário. No caso das políticas públicas femininas, se baseiam no enfrentamento das históricas desigualdades de gênero que carregam distinções de escolaridade, renda, atuação no mercado de trabalho, assim como outros aspectos que envolvem as várias dimensões da cidadania. Dessa forma, essas iniciativas visam priorizar a transformação dessa situação, com ações, programas e projetos que visem promover essa parcela da população, no processo de autonomia e emancipação dessas mulheres (BANDEIRA, 2005; 2010).

O combate às desigualdades de gênero foi eleito como uma política pública prioritária, atuando em conjunto com o enfrentamento das desigualdades sóciohistóricas e culturais herdadas, atribuindo ao Estado o lugar e o papel de promover a ação igualitária de poder e de acesso a mulheres e homens. É importante ressaltar que nem todos os programas e políticas direcionados as mulheres estão comprometidos com a transformação das relações de gênero. Existem programas públicos que, no processo de acolhimento, acabam reforçando posições e papéis femininos tradicionais, tais como mulheres na posição de mães e cuidadoras dos filhos e das pessoas idosas, sem oferecer alternativas para transformar essa realidade e/ou oferecer suportes necessários para exercer esses papéis (BANDEIRA, 2005). Nessa perspectiva, a promoção emancipatória dessas mulheres percorre necessariamente, (pelo menos inicialmente), o acesso a programas de acolhimento. Neste sentido, que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), vinculado aos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) foi criado a partir do reconhecimento de que as vulnerabilidades e riscos sociais que atingem as famílias, extrapolam a dimensão econômica, e exigem intervenções que relacionadas a função protetiva da família. O PAIF contempla ainda, dentre outros:

- a) **segurança de acolhida** - provida por meio de ofertas públicas de espaços e serviços localizados prioritariamente em territórios de maior vulnerabilidade, com condições de escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, de aquisições materiais, sociais e socioeducativas; b) **segurança social de renda** - operada por meio de concessão de Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção

social que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida; c) **segurança de convívio familiar e comunitário** - oferta pública de rede de serviços continuados que garantam oportunidades e ação profissional para: construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento; d) **segurança de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social** - provisão estatal de ações profissionais para o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; a conquista de maior grau de liberdade, respeito à dignidade humana (SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA, 2021, *grifo nosso*).

As famílias beneficiadas pelo PAIF estão em situação de vulnerabilidade e risco social, o que significa para o programa, que enfrentam precariedade de infraestrutura; possuem a presença de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, são famílias com renda até meio salário mínimo, pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade e *mulheres chefes de famílias sem cônjuge*, famílias com responsáveis desempregados, família em situação de trabalho infantil ou com presença de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, dentre outros. Dessa forma, observamos diversas situações sociais e financeiras que podem ser contempladas e caracterizadas como vulnerabilidade, tornando esse público um alvo de políticas públicas sociais, e, quando combinadas, essas situações podem ser agravadas, configurando uma situação de risco social, que pode determinar a reprodução da pobreza entre gerações (SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA, 2021).

3. Metodologia

O presente estudo se caracteriza por uma pesquisa do tipo exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o fenômeno social em discussão, assim como o contexto sociocultural do problema de pesquisa, e tem por propósito explorar uma problemática a partir de uma análise subjetiva e organizada dos participantes da pesquisa, considerando os relatos de sua experiência de vida, respeitando a construção de suas percepções. Em termos de abordagem, esse estudo se enquadra em uma pesquisa qualitativa, pois escolheu observar o fenômeno considerando os detalhes situacionais, sem instrumentos formais e quantificáveis, permitindo uma descrição do processo a partir de uma narrativa da visão de realidade dos indivíduos (GEPHART, 2004).

Sendo assim, a pesquisa foi dividida em duas etapas, sendo a primeira caracterizada por uma pesquisa bibliográfica em acervos digitais, sites governamentais que são referência no tema estudado, bem como produções acadêmicas relevantes; e a segunda etapa constituiu em uma coleta de dados realizada por meio de entrevistas com nove mulheres na condição de chefes de família, vinculadas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) enquanto famílias referenciadas e pelos programas de políticas públicas femininas, credenciadas ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do município de referência, com o propósito de ouvir seus relatos e depoimentos acerca das implicações da gestão do orçamento financeiro familiar, sob as perspectivas de dificuldades e expectativas através de suas experiências pessoais e financeiras.

As entrevistas foram guiadas por um roteiro de perguntas direcionadas a atender ao objetivo proposto no estudo, mas possuía questões abertas e foi conduzido de maneira flexível a intervenções das partes. As entrevistas foram realizadas via aplicativo WhatsApp em razão das limitações sociais impostas pelo atual cenário de pandemia, foram gravadas e posteriormente transcritas. Elas aconteceram num período de trinta dias, com duração média de quarenta e cinco minutos. Realizar as entrevistas guiadas por um roteiro que permitiu uma abertura maior para ouvir as narrativas dos participantes, possibilitou alcançar um discurso autêntico e espontâneo, ao mesmo tempo que atendeu à finalidade da pesquisa, introduziu profundidade aos resultados.

Como diz Romanelli (1998, p. 128) “A subjetividade, elemento constitutivo da alteridade presente na relação entre sujeitos, não pode ser expulsa, nem evitada, mas deve ser admitida e explicitada e, assim, controlada pelos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador”. Após as transcrições, os dados foram analisados seguindo os passos determinados pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), e foram avaliados em conjunto, perpassando várias discussões que puderam ser condensadas em três principais categorias temáticas: i) Características sócio-demográficas e a vulnerabilidade social familiar, ii) Vulnerabilidade financeira familiar e iii) Políticas públicas femininas e a reprodução do risco social e financeiro

4. Análise de Dados

No processo de transcrição, organização e análise das entrevistas, permitiu encontrar respostas a alguns dos questionamentos que fizemos inicialmente, como mulheres chefes de famílias monoparentais articulam estratégias de enfrentamento e adaptação as restrições financeiras que lhes foram impostas na condução solo de suas famílias? Como elas reagem, enfrentam e se adaptam? E que sentimentos permeiam essas relações? Ao longo das análises, ficou perceptível a forma como essas mulheres se relacionam com as dificuldades e desafios na condução da vida financeira familiar, o que inclui o comportamento de consumo diante da facilidade de crédito, bem como desejos e aspirações pessoais e familiares, indicando a importância do tema e a necessidade de ações e programas educativos que ofereçam oportunidades de melhorias na saúde e bem-estar financeiro de famílias que agregam características socioculturais distintas, mesmo que este não seja o fator de maior interferência para sua atual condição.

4.1 Características sócio-demográficas e a vulnerabilidade social familiar

Reconhecemos que a vulnerabilidade social é um fenômeno amplo e multifatorial, neste sentido, identificou-se nos dados coletados a recorrência de certas categorias temáticas, não obstante as diferenças de classe social, escolaridade e faixa etária das entrevistadas, as características sócio-demográficas destas mulheres foram delineadas a partir dos seguintes critérios: idade, estado civil, número de filhos, escolaridade e o acesso a políticas públicas femininas, mas o principal deles foi a situação de monoparentalidade. A presença da chefia familiar feminina pode ser explicada por múltiplos fatores, mas o principal é quando não há presença de uma figura paterna em casa, e a conjuntura é encontrar mulheres que moram com seus filhos e são consideradas em relação ao estado civil: mães solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas. (ALVARES, 2003). No grupo que participou deste estudo, observamos que 66% são solteiras e 34% divorciadas e destas, 89% moram sozinhas com seus filhos. A faixa etária expressa um grupo heterogêneo, denotando a presença de monoparentalidade feminina em todas as idades, com uma incidência maior na faixa etária acima dos 35 anos.

O maior índice de famílias monoparentais femininas está presente nas classes baixas, onde de acordo, com Bering e Fontes (2015) a diferença de renda média dos domicílios chefiados por mulheres é em média de R\$ 1.479,44. Entre o grupo entrevistado, mais da metade, 67% possuem rendimentos de um salário mínimo (SM) e 33% afirmaram possuir rendas que somam o valor de até 2 SM. Apesar de a maioria das entrevistadas possuir uma renda mínima fixa, percebe-se que esse valor passa por algumas alterações, uma vez que estão sempre em busca de outras fontes de renda para melhorar o orçamento familiar. Em termos de escolaridade, a maioria encontra-se no ensino fundamental, e as demais concluíram o ensino médio, e todas demonstraram interesse em buscar qualificação e capacitação para terem novas oportunidades no mercado de trabalho.

Além dessas características, outro ponto preponderante para a análise, foi o fato de todas as famílias participantes da pesquisa serem assistidas pelo PAIF, na condição de famílias em vulnerabilidade social e receberem a proteção social da assistência social do município onde residem. O programa consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de “fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida” (SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA, 2021). Para além da objetividade dos dados sócio-demográficos, o depoimento a seguir (E8) traduz o significado desses dados na rotina dessas famílias. O sentimento de apreensão é claro quando narram sobre sua própria situação, e mencionam sobre o medo e a insegurança, assim como a intensa cobrança que acompanha o duplo papel na condução e sustento da família, essa participante é mãe solo de quatro filhos.

Medo tem né. Medo. A gente tem né de deixar passar fome a necessidade dentro das coisas, né. Isso a gente tem assim, mas eu sou muito tipo assim. Eu sou mãe, pai, né. Então faço de tudo, né. A gente que nem a gente que é mãe é de família. Assim, né. Pai e mãe, a gente tem de caçar um servicinho, por exemplo. Eu acho que é mais um serviço doméstica, né. Mas lógico né que a gente é mãe, Pai, a gente tem que sim, caçar um serviço, trabalhar pra poder se manter se não como que vai viver só. Pra tratar dos filhos, eu penso isso, né (E8).

De fato, grande parte da insegurança é gerada, sobretudo, pela situação financeira de vulnerabilidade, o que pode ser reforçado nos trechos retirados das falas de E4 e E9.

Eu não recebo pensão do pai do meu filho. Eu ainda consigo me sustentar e sustentar ele sozinha (E4)

É mais ou menos nesse sentido. Assim, os anseios que eu falo seria assim. Você tem medo de não dar conta de não conseguir sustentar a família, por exemplo, de deixar faltar alguma coisa (E9).

Essa situação de constante tensão reforça a importância de oferecer oportunidades de educação financeira para essas famílias, pois o acesso a esse conhecimento é um processo que visa aprimorar a compreensão de conceitos relacionados a riscos financeiros, por meio de informação, instrução e aconselhamento, desenvolvendo habilidades para que as escolhas realizadas sejam conscientes e adequadas, proporcionando bem-estar financeiro (OECD, 2005).

Sobre esta temática, analisa-se que a falta de orientação financeira, quando associada a facilidade de acesso ao crédito, constituem-se em um aspecto importante que pode propiciar o consumo inconsciente e irresponsável, e isso pode ser observado no relato da entrevistada E4, quando afirma “assim que assumi o trabalho, e logo de cara fui fazer um empréstimo. Já fui comprar minha moto por desespero, se naquela época eu tivesse uma orientação [...]. Foi uma coisa que naquele momento não era necessário”. Apesar de reconhecermos que a vulnerabilidade social é um fenômeno multifatorial, identificamos que a discussão sobre a carência e o desconhecimento financeiro ganham evidência no conjunto dos depoimentos, e será discutida na próxima categoria.

4.2 Vulnerabilidade financeira familiar

Na busca pela saúde e bem-estar financeiro familiar, observa-se a dificuldade em manter o equilíbrio entre receitas e despesas, assim como de suprir as demandas familiares essenciais, por meio de um orçamento inadequado, apoiado em uma única fonte de receita: “é difícil ser responsável por tudo” (E7). A preocupação por atender as necessidades dos filhos foi um tema recorrente e de fundamental importância nos depoimentos, e que influencia diretamente nas decisões financeiras

dessas mulheres. Quando indagadas a respeito de seus anseios frente a responsabilidade de administrar a vida financeira familiar, sabendo que possuem sob suas responsabilidades seus filhos e outros dependentes, observa-se nas narrativas, a presença constante do sentimento de impotência, medo e ansiedade, “medo de deixar faltar...” (E4), ou ainda “tem mês que a gente entra em desespero, né” (E9). Ao assumir dois papéis: o de pai e mãe, ainda mais quando se veem sem apoio de familiares e outras pessoas, e com recursos financeiros limitados, fica evidente que essa situação gera sentimentos negativos e prejudiciais ao bem-estar e a qualidade de vida: “tenho medo de saber que “[...] minha filha depende de mim. Então, se eu não trabalhar, ela não come ela não bebe ela num tem roupa pra vestir nem nada, né, nem o que comer” (E9). Outros relatos também demonstram esses sentimentos.

É uma situação que é muito preocupante. Sim, é o medo de deixar faltar [...]. é uma situação bem delicada. É ser mãe, né, e solteira sozinha [...], ainda mais quando a gente não tem ajuda. Como você colocou, né, às vezes a nossa a nossa renda não é suficiente pra manter todos os gastos. Aí às vezes a gente vai ter que cortar aquilo que não é essencial pra manter aquilo que é de suma importância, né, [...], água, luz, alimentação (E4).

[...] às vezes é difícil a gente ser responsável por tudo, pai e mãe, ao mesmo tempo e com a renda não tão boa tão alta. Mas eu acho que com fê em Deus a gente consegue se manter (E7).

Medo tem né. Medo. A gente tem né de deixar passar fome a necessidade dentro das coisas, né. Isso a gente tem assim, mas eu sou muito tipo assim. Eu sou mãe, pai, né. Então faço de tudo, né. (E8).

Em termos de acesso a produtos financeiros negociados pelo mercado, a maioria possui conta poupança na Caixa Econômica Federal, e uma minoria possui conta corrente em outros bancos, mas nenhuma delas admitiu possuir uma poupança ou reserva financeira, e, quando questionadas a esse respeito, se por algum motivo ficassem sem recursos ou desempregadas, como fariam para administrar essa situação, elas responderam que não conseguiriam se manter. Quando questionadas se já tinham participado de alguma palestra ou treinamento sobre finanças pessoais, a resposta unânime foi negativa: “Não, eu não tive nenhum curso deste tipo, mas a gente vai aprendendo conforme vai amadurecendo (E4); “Eu nunca fiz um curso, nada, eu aprendi isso com meu pai (E7); “Bem, conhecimento a gente costuma ter, porque a gente lida com isso, bem dizer todo mês” (E9). O analfabetismo financeiro é um grave problema, pois impede o desenvolvimento de habilidades para a condução da vida financeira pessoal e familiar, e não permite uma percepção correta do risco de endividamento, como observa-se nas falas das entrevistadas, que relatam sobre empréstimos, atrasos de pagamentos, e a inabilidade de lidar com o crédito disponível, entre outros.

Sim, tem duas lojas que está atrasada... que não dou conta de pagar que deve dar uns R\$ 8.000,00 (E1)

Sim me considero muito endividada... os nossos gastos com mercado são tremendos. Aí eu gasto no cartão de crédito quanto tanto assim do meu salário (E4)

Eu não me considero uma pessoa totalmente endividada. Eu considero uma pessoa assim meio que normal uma pessoa que quer ter as coisas.... Para eu possuir as coisas eu fazendo dívida eu consigo pagá-la e pra juntar dinheiro eu acho mais difícil (E5)

Às vezes sim, às vezes não... se eu chegar ao final do mês e conseguir sanar minhas dívidas e sobrar um pouquinho o que for eu já achei de bom tamanho (E7)

Eu vivo endividada. Não o suficiente não é né porque a gente necessita demais, né. Mas a gente vai se virando aos poucos vai cortando certo as coisas, né e compra mais os de

necessidade mesmo. Mas o suficiente não é não. Cem por cento, minha Fia. O dinheiro já é bem dizer contado porque sempre é farmácia, é loja, gente com criança, né, é roupa, calçado, farmácia. Então uma maioria das vezes é cem por cento. Nunca consegui sair das dívidas quando eu saio, já tenho que fazer outra (E9).

É preciso entender os desdobramentos e implicações dessa estrutura familiar específica, e como essa condição sociocultural se traduz em uma situação de vulnerabilidade e influencia diretamente na saúde e no bem-estar desse grupo familiar, afetando a autoestima de todos os envolvidos, considerando os aspectos sociais, psicológicos e culturais. O comprometimento do futuro por meio das decisões e escolhas realizadas pode ser observado por diversos aspectos comportamentais e por valores sociais que estão baseados em sentimentos e emoções que impactam nas decisões de consumo (FIORI, 2017). A vulnerabilidade financeira reproduz um comportamento que compromete o futuro dessas famílias, por meio de decisões e escolhas que evidenciam diversos aspectos comportamentais, com valores sociais que estão baseados em sentimentos e emoções que impactam nas decisões de consumo.

4.3 Políticas públicas femininas e a reprodução do risco social e financeiro

O risco social elevado favorece a reprodução da pobreza intergeracional, com comportamentos e dinâmicas que podem acompanhar até a terceira geração. E é nesse ponto que as políticas públicas femininas se propõem a atuar, na promoção emancipatória dessas mulheres e suas famílias. No contexto desse estudo, o acolhimento das famílias se dá por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a partir do reconhecimento que as vulnerabilidades e riscos sociais que atingem as famílias, extrapolam a dimensão financeira-econômica, exigindo intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados a função protetiva da família. É “considerado um dos principais serviços que compõem a rede de proteção social de assistência social, que vem permitindo o enfrentamento da pobreza, da fome e da desigualdade, assim como, a redução da incidência de riscos e vulnerabilidades sociais que afetam famílias e seus membros” (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO PAIF - vol. 1).

Os usuários do programa são famílias territorialmente cadastradas no CRAS do município, e que estejam em situação de vulnerabilidade social, seja decorrente da pobreza, do precário, da necessidade de acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de risco social. Os depoimentos a seguir registram os diversos aspectos que denotam a vulnerabilidade dessas famílias, e expõem os *medos*: “eu tento me segurar com aquilo que sobra no fim do mês no. (...), mas é uma situação bem delicada, é ser mãe, né, é solteira, sozinha” (E5); *sofrimentos*: “tem que ter muita calma e muita paciência par não entra no desespero. Se a pessoa não conseguir ter esse equilíbrio mental mesmo com tudo indo muito mal” (E1); *preocupações*: “eu não tenho uma ideia se eu ficar sem renda, eu não sei de te dizer assim como eu conseguiria me manter, mas algumas coisas e, obviamente, teriam que ser cortadas e ficar. Só com essencial que é a água, luz e alimentação” (E4); e *desafios diários*: “o que é muito preocupante. Sim, é o medo de deixar faltar, mas assim o que o que eu faço é a primeira coisa quando. O meu salário é pagar o essencial, né. Pagar o essencial” (E5), enfrentados por mães solos responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Primeiramente minha saúde e depois um trabalho bom... que eu se ganho melhor para mim me mantê. Tem que ter muita calma e muita paciência par não entra no desespero. Se a pessoa não conseguir ter esse equilíbrio mental mesmo com tudo indo muito mal. Ela poda acabar entrando no desespero total e acaba ficando pior ainda para ela. Nessas horas a gente precisa de força pra continua (E1).

Olha, eu não tenho uma ideia se eu ficar sem renda, eu não sei de te dizer assim como eu conseguiria me manter, mas algumas coisas e, obviamente, teriam que ser cortadas e ficar. Só com essencial que é a água, luz e alimentação, mas assim não você. Não tenho ideia de nunca. Parei na verdade pra analisar essa essa situação de se eu ficar sem. Como seria, não tenho resposta uma resposta sim pra isso (E4).

O que é muito preocupante. Sim, é o medo de deixar faltar, mas assim o que o que eu faço é a primeira coisa quando. O meu salário é pagar o essencial, né. Pagar o essencial, fazer o que eu tenho que fazer é mercado comprar. O essencial também procura não é exagerar e tentar me manter até o fim do mês com o que sobra e que aí assim as vezes. Aí durante o mês aí tem as vezes uma fralda que comprou que não foi suficiente um leite que não foi suficiente. Então eu tento é manter. Eu tento me segurar com aquilo que sobra no fim do mês no. Do mês, na verdade, né, mas é uma situação bem delicada, é ser mãe, né, é solteira, sozinha. Não é nada fácil ainda mais quando a gente não tem ajuda, né de. De ninguém assim é a minha mãe, de vez em quando minha mãe, ela nos auxilia. Eh tem mês assim que ela compra dois leites pro xxxx, tem mês que ela compra dois pacotes de fralda, mas nunca dá, né (E5, grifo nosso).

Os depoimentos das participantes E1, E4 e E5 representam a situação vivenciada por essas mulheres que não possuem rendimentos mensais que consigam garantir o sustento integral familiar, ou que possibilitem sua condução com tranquilidade e segurança. Além do orçamento familiar não suprir a totalidade das despesas, não vislumbram a possibilidade de conquista da autonomia financeira. Percebe-se nos relatos que essas mulheres vivem em uma constante situação de tensão e cobrança emocional, “tem que ter muita calma e muita paciência par não entra no desespero. Se a pessoa não conseguir ter esse equilíbrio mental mesmo com tudo indo muito mal” (E1), ou “o que é muito preocupante. Sim, é o medo de deixar faltar, mas assim o que o que eu faço é a primeira coisa quando” (E4). A maioria não adota medidas de controle do orçamento familiar, tais como anotações, registros de pagamentos, despesas e receitas, apesar de afirmarem que consideram importante ter esse controle. Fazem compras em crediário de lojas, pois a maioria não possui acesso ao cartão de crédito ou cheque especial. Em termos de atrasos nos pagamentos de compras parceladas ou dívidas adquiridas, admitem a importância de manter esses pagamentos em dia, embora isso nem sempre seja possível. Em termos de comprometimento da renda com essas prestações, alguns depoimentos esclarecem essa situação, como vemos nos trechos das participantes E2, E5 e E8.

Depende... depende do mês, mas eu não deixei atrasa muito não. Não tenho certeza, mas acho que deve ser entre 40 % ou 60 % acho que deve ser entre isso ou mais. Eu tento economizar o máximo que consigo, mas a gente nem sempre consegue economizar né? Eu dou o meu máximo, eu trabalho... e tento priorizar pagar minhas contas que é água, aluguel, luz. E o que sobrar faço uma comprinha, as vezes compro algo diferente para as crianças... bem isso (E2).

Sim e considero muito endividada, até porque o meu bebê é uma criança que ele come de tudo. Então assim, os nossos gastos com o mercado. Eles são tremendo. Aí eu gasto tanto no cartão de crédito quanto. Tanto assim do meu salário, é pra comprar as coisas pra não deixar faltar. É fruta, então de manhã, é no meio da tarde, então eu me considero assim muito endividada, não por conta disso, né (E5).

Então, tipo assim, a gente vê dá vontade de comprar e não poder comprar. é uma coisa, né. Lógico, né. Tudo que a gente vê que nem nós mulher mesmo quer ver quer comprar, né. Mas eu penso assim ó. Eu penso assim comigo. ó primeiro lugar na vida da gente. Tem que ser o que o aluguel né o aluguel, porque se a gente não pagar a Dona pede a casa, água e Luz, que é o principal e comida dentro de casa, entendeu. Esse é o principal. Esse é o principal. Depois vem roupa sapato, né as coisas. Mas eu acho assim que o principal é o aluguel, água, luz e comida. Entendeu, vê a gente vê querer comprar lógico, né que dá vontade, mas pra mim o principal é isso aí (E8).

Neste sentido, o fato de serem assistidas por políticas públicas femininas se sustenta na ideia central que a família possui na sociedade, independente dos formatos ou modelos que assume. A família é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e caracteriza-se como um espaço cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e desigualdades, mas também é a base fundamental no âmbito da proteção social. Dito isso, os principais objetivos do PAIF são: “fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias. No entanto, o que observamos no contexto desse estudo, foi que apesar de serem assistidas há anos por essas políticas, não conseguimos identificar avanços no processo de emancipação e autonomia dessas famílias. Entendemos que sem a promoção educacional, a possibilidade de sair da condição de analfabetismo financeiro é maior, pois a emancipação e a autonomia do sujeito-cidadão perpassam pelo acesso à educação formal ou ao conhecimento. Os depoimentos a seguir demonstram o reconhecimento de que carecem de orientações e capacitações na área de educação financeira.

Eu acho que mudaria, porque eu teria um pouco mais de noção. Porque tem vezes que a gente não tem noção... acho que mudaria muita coisa, as vezes as “coisa” até poderiam ficar melhor (...). O que eu ganho infelizmente é só para sobreviver, não é para mais nada... porque eu crio meus filhos sozinha, então eu acho que talvez ajudaria (E2).

Eu acho que poderia economizar mais se eu tivesse mais conhecimento... conseguiria, realizar mais o meu sonho e dar uma vida mais confortável para minha filha (E3).

Sim, eu creio que sim, né. Porque se a gente soubesse lidar isso, daí eu acho que é pauta também da gente, saber lidar né com as dívidas com as contas, fazer o controle certinho, né. Eu acho que a gente soubesse mais ajudaria muito (E9).

Acredito que na minha saúde financeira não. Sim. Tem momentos que a gente fica meio chateado, gostaria de comprar, mas depois a gente pensa assim. Eu penso assim que a saúde é mais importante que isso é necessária que eu tenho o básico pra viver e vivo com aquilo que eu tenho dentro das minhas possibilidades da medida no meu salário do que eu posso fazer (E7).

O reconhecimento das desigualdades sociais e o compromisso de conduzir ações de prevenção da vulnerabilidade, bem como identificar e estimular potencialidades locais, estão presentes na agenda dessas políticas, assim como o objetivo de transformar a qualidade de vida dessas famílias. No entanto, apesar de reconhecerem a importância do acesso formal à educação financeira, como podemos observar nos trechos de três depoimentos, “Eu acho que poderia economizar mais se eu tivesse mais conhecimento... conseguiria, realizar mais o meu sonho de dar uma vida mais confortável para minha filha” (E3); “Porque se a gente soubesse lidar isso, daí eu acho que é pauta também da gente, saber lidar né com as dívidas com as contas, fazer o controle certinho, né. Eu acho que a gente soubesse mais ajudaria muito” (E9); “Eu acho que mudaria, porque eu teria um pouco mais de noção. Porque tem vezes que a gente não tem noção... acho que mudaria muita coisa, as vezes as coisas até poderiam ficar melhor” (E2); elas não tiveram essa oportunidade. Dessa forma, observamos no contexto desse estudo e a partir das vivências e depoimentos das mulheres participantes, que a situação de risco social, caracterizadas, sobretudo, como vulnerabilidade financeira, parecem ser reproduzidas por esses programas, que reforçam a manutenção dessas famílias na condição de público-alvo de políticas públicas assistenciais. O que nos leva a concluir o quanto complexo é essa discussão, e como exige uma reflexão de caráter multidisciplinar e abrangente, o que faremos nas considerações finais desse estudo.

5. Considerações Finais

Neste ponto, retomamos o objetivo que guiou este estudo, ao se propôs **analisar como mulheres chefes de famílias monoparentais beneficiadas por políticas públicas femininas enfrentam restrições financeiras na condução solo de suas famílias**. O *corpus* do estudo foi o resultado da transcrição das entrevistas realizadas com nove mulheres que se encontravam em situação de monoparentalidade, representada por um grupo heterogêneo em termos de faixa etária, nível de escolaridade e rendimentos, mas no que tange a serem reconhecidas como público-alvo de políticas públicas femininas, associada a condição sócio-demográficas, todas se encontravam em uma situação de risco e vulnerabilidade financeira. Por ser um tema de intensa relevância social e acadêmica, com estudos incipientes na Administração, no contexto de seu objeto de estudo, este artigo está comprometido em contribuir com o debate, que merece espaço na academia, no contexto de estudos que contemplam a vulnerabilidade do consumidor e o consumo de crédito, mas também no âmbito das discussões que elegem as políticas públicas e suas efetividades na gestão pública.

Os principais achados relataram uma realidade construída a partir dos depoimentos e percepções das mulheres participantes do estudo e não diferem do contexto enfrentado por outras mães solas que são desafiadas a conduzir sozinhas decisões familiares, de consumo e acesso ao crédito, da gestão do orçamento familiar, do sustento de suas famílias. A condição de estarem exercendo ao mesmo tempo, o papel de pai e mãe, na condição de chefia familiar, possui implicações socioculturais que vão para além do aspecto da gestão financeira, subtraindo de muitas mulheres a possibilidade de participarem efetivamente das etapas de crescimento de seus filhos, já que precisam trabalhar e desenvolver atividades complementares para o sustento da família, muitas vezes em longas e desgastantes jornadas de trabalho. Não obstante essas dificuldades, contradições e complexidades históricas que acompanham a discussão, é importante reforçar as relações maternas e parentais, tão significativas à identidade feminina, embora não tenha sido esse o enfoque desse estudo.

No caso de pertencimento a baixa renda, por vezes, contam com o apoio de incentivos do governo por meio de políticas públicas de repasse de recursos que amenizam a situação e estimulam o consumo, mas pouco contribui para transformar sua condição, o que evidencia a urgência de iniciativas públicas mais assertivas, que promovam transformações sociais substanciais e favoreçam a autonomia desse grupo familiar, tirando-o da condição de público-alvo de assistencialismo. O ideal é oferecer a possibilidade de emancipação, por meio do acesso à educação, e a educação financeira como um conjunto de conhecimento e habilidades necessárias ao gerenciamento do orçamento financeiro pessoal e familiar.

Além disso, as políticas públicas femininas possuem como requisito básico oferecer segurança social de renda, por meio da concessão de benefícios e repasses de recursos, nos termos da lei, para cidadãos que apresentem vulnerabilidades decorrentes de determinadas condicionalidades. No entanto, observamos no contexto desse estudo, e a partir das vivências e depoimentos das mulheres participantes, que a situação de risco social e financeiro, caracterizadas como vulnerabilidade financeira e social, parecem ser reforçadas por esses programas, como afirma Bandeira (2004), alguns programas públicos, no processo de acolhimento, acabam reforçando posições e papéis femininos tradicionais, tais como mulheres como mães e cuidadoras dos filhos e das pessoas idosas, sem oferecer alternativas para transformar essa realidade e/ou oferecer suportes necessários para exercer esses papéis, mantendo essas famílias na condição de público-alvo de políticas públicas assistenciais.

Entendemos que o combate às desigualdades de gênero deve ser um eixo prioritário direcionado as mulheres, comprometidos com a transformação das relações de gênero. Dessa forma, para aprofundar a discussão proposta neste estudo, considera-se como sugestão ampliar o número de participantes, que não foi possível em função das limitações impostas pelo contexto social de

pandemia que estamos inseridos. Acredita-se que as diferentes narrativas, quando reunidas, possam contribuir efetivamente para um maior entendimento dos aspectos comportamentais e das condições culturais e sociais que levam ao endividamento.

Como conclusão, esse estudo reconhece que a presente temática é complexa e exige uma abordagem multidisciplinar, sendo assim, esse trabalho não teve a pretensão de exaurir as possibilidades de análise e investigação, mas sim, apontar a realidade de um contexto, considerando a carência de materiais e discussões a esse respeito. É preciso não apenas acessar essa realidade, mas buscar meios para compreender o contexto socioeconômico, financeiro e comportamental de grupos minoritários, a fim de promover a instrução e o desenvolvimento de habilidades, atitudes e comportamentos de consumo consciente e saudável. Por fim, entende-se que esse estudo oferece uma contribuição à academia, as organizações e a sociedade, por levantar um debate sobre um importante tema de pesquisa, a saúde e o bem-estar financeiro de um grupo considerado vulnerável, mulheres chefes de família, ressaltando a importância de desenvolver essa temática. Por fim, espera-se que esta reflexão contribua e motive outros pesquisadores e profissionais que trabalham diretamente com o tema, de modo a ampliar o seu olhar e alcançar essa realidade pouco explorada.

6. Referências

ÁLVARES, Luciana de Castro. Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG. 2003. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003.

ALVES, G.; STUCCHI, B.; MAHMOUD, R.; NASCIMENTO, B.; Sampaio, Y.; BACHA, M. (2013). Baixa renda: endividamento e compreensão de notícias econômicas. *Inovcom i Vol 5 i no 2*

ANDERLONI, Luisa, BACCHIOCCHI, Emanuele, e VANDONE, Daniela (2012). Household financial vulnerability: An empirical analysis. *Research in Economics*, v.66, n.3, p.284-296.

ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo. *Psicologia. pt-O PORTAL DOS PSICÓLOGOS*. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos A, v. 771, 2013>

BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Maria Cristina A. Sofridas e mal pagas. *Caderno de pesquisa, São Paulo*, n. 37, p. 40, 1981.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, M. D. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BHERING, Leiliane Souza; FONTES, Márcia Barroso. Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015.

BRUSCHINI, C. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1990.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M e CERETTA, P..S (2016). Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam? *Recadm- Revista Eletrônica de Ciência administrativa*: <<https://doi.org/10.21529/RECADM.2016002>> acesso em 26/03/2021

DOS SANTOS, Rosemeire. PROTEÇÃO SOCIAL: A CONDIÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS NO BRASIL. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019.

GARCIA, Nidia. et al. Financial Education in Latin America and the Caribbean: Rationale, Overview and Way Forward. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, N.33, OECD Publishing. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1–203, 2020. Acesso em 24/11/2021

KEESE, Matthias. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. *Journal of Economic Psychology*, v. 33, n. 1, p. 125-141, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2011.08.002>

MENDES, Mary Alves. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambigüidade da questão. *Anais*, p. 1-13, 2016.

MINAMIGUCHI, Márcio Mitsuo. Monoparentalidade feminina no Brasil: dinâmica das trajetórias familiares. 2017.

NOVELLINO, Maria Salet F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2004.

OCDE - ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Assessoria de Comunicação Social. *Advancing National Strategies for Financial Education*. OCDE, 2014. Disponível em: www.oecd.org/finance/financialeducation/35108560.pdf acesso em 26/04/2021

PEIC-Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Disponível em: <http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-maio-de> acesso em 24/03/2021

PINHEIRO, Luana Simões; FONTOURA, S. O. Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva de gênero. SILVEIRA, FG et al, p. 201-247, 2007.

SPCBRASIL.4 em cada 10 brasileiros estavam negativados em fevereiro, aponta levantamento CNDL/SPC Brasil. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7283> Acesso em: 24/11/2021.

TRINDADE, Larissa de Lima; RIGHI, Marcelo Brutti and VIEIRA, Kelmara Mendes. De onde vem o endividamento feminino?: construção e validação de um modelo PLS-PM. *REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)* [online]. 2012, vol.18, n.3, pp.718-746. ISSN 1413-2311 <https://doi.org/10.1590/S1413-23112012000300006>.

VERZA, Fabiana; SATTLER, Marli Kath; STREY, Marlene Neves. Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando fam.* vol.19 no.1. Porto Alegre jun. 2015.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100005. Acesso em 22 de novembro de 2021.

VIEIRA, Amâncio; FABIANO, Saulo; MANFRE, Bataglia, TARDIOLLE, Regiane; SEREIA, Vanderlei José